

## Aspectos da resistência ao desenvolvimento na Agricultura

*A resistência oposta pelas estruturas agrícolas a toda e qualquer tentativa reformadora tem-se manifestado em Portugal através de várias épocas, anulando os melhores propósitos de correcção dos desequilíbrios existentes. A ausência de resposta aos estímulos inovadores trouxe a estagnação e, por fim, a tendência para a desertificação quantitativa e qualitativa de grandes zonas do território nacional.*

1. Mau grado a intensidade e o ritmo da vida contemporânea, nenhum impulso ou nenhuma aceleração do desenvolvimento económico e do progresso social se furtam à presença de resíduos materiais ou sociais que muitas circunstâncias e estruturas do passado nos legaram. Mesmo de tudo o que consideramos simples alicerces morto da sociedade viva — verdadeiros fósseis que o historiador identifica, arruma e classifica nos compartimentos de um museu sempre incompleto —, mesmo de tudo o que supomos estratificado e consumido pelo tempo, alguma coisa sobrevive, impregnando os complexos culturais dos povos e as instituições de uma espécie de viscosidade que traduz a verdadeira tirania da História.

Averiguado como está que o desenvolvimento económico e o progresso social só ocorrem quando se vencem certos estádios do processo histórico, mostrando-se incompatíveis com qualquer estagnação e propagando-se à medida que o referido processo adquire forma, sentido e aceleração admite-se que o passado e sua projecção no presente, pelo peso que representam, possam explicar tendências circunstanciais, em face do propósito de aperfeiçoar a construção do futuro.

No conjunto das actividades económicas cada vez mais diversificadas, a agricultura, por uma questão de idade e da caracterís-

tica implantação — difusa no espaço económico e geradora de estruturas tradicionais no espaço social — apresenta enorme rigidez na adaptação aos novos enquadramentos, mantendo evidente apego a rotinas e anacronismos que se incrustam nas instituições e nas técnicas, criando poderosíssimos tabus difíceis de remover.

Esta realidade, mais do que evidente nas sociedades onde o predomínio esmagador da agricultura no conjunto das actividades produtivas constitui o mais gritante dos estigmas do subdesenvolvimento, nunca deixa de se revelar mesmo nos espaços onde o desenvolvimento económico-social se processa. É por isso que a agricultura — ou o mundo rural herdado como património histórico — com sua índole específica, seu ritmo, suas tensões sociais e seus conflitos, constitui um dos problemas grandes da estratégia do desenvolvimento.

2. Terminada a última guerra, quando se abordavam alguns dos temas ligados à modernização da agricultura e à influência que a expansão da indústria exerceria neste sector de actividade, era muito reduzido o escol dos que pressentiam o brutal impacto que havia de atingir as estruturas rurais portuguesas.

No *Ensino* predominava a atitude mental de adesão ao princípio de um natural imobilismo, espécie de enquadramento climático das sociedades rurais, tratando-se as técnicas pelas técnicas, a partir de compêndios consagrados, sem ter em conta a aceleração das repercussões humanas de poderosas forças do progresso.

Na *Investigação*, as plantas, os animais, os solos, os agentes químicos e o equipamento mecânico, constituíam valores quase abstractos, trabalhados em laboratórios surdos, situados à margem da consideração global e concreta das necessidades prementes de um mundo em evolução.

Nas *Cidades*, o mundo rural era tido como pacífico, honesto na vigilância das quintas e das herdades, pontual no pagamento das rendas, fiel depositário de investimentos de máxima segurança financeira, lugar de férias e de repousantes paisagens, ao lado de comunidades que, por definição, labutavam sempre.

Nos *Campos*, dominava a calma que precede as tempestades, feita da frustração conformada de muitos e da insensatez de uns tantos que confiavam na possibilidade de manter eternamente os trunfos e os proveitos de um paternalismo tradicional, quantas vezes interesseiro e pesado.

Em *toda a parte*, desde os redutos intelectuais até aos salões, passando pelas universidades e chegando mesmo aos cafés, a agricultura era geralmente considerada nos relatórios, nas conferências e palestras, nas homilias dos párocos, na imprensa e nas conversas, o cenário, florido ou invernos, invariável e fatal, onde se criavam as messes e as perdizes, ao cuidado de «uma reserva de

valores humanos» — espécie de subgente folclórica, submissa e prolífica — de que a «élite» pensante e governante se alimentava.

Claro que, sendo assim, empenhava-se o mundo rural em dar ao urbano, com deliciosa simplicidade destituída de ironia, a partir do estrume e do suor a fecundarem a terra, como tributo, o pão ruim, a fruta bichosa, o «bife» duro e o leite contaminado, para além da contribuição de seres humanos carentes de proteínas, calosos da «enxada», servis, enigmáticos e analfabetos, a povoarem os serviços domésticos e comerciais, os andaimes da construção civil e os barracões de uma indústria anacrónica também.

Era difícil nessa altura, para os intelectuais das coisas agrárias, anunciar a quem digeriria o manjar tradicional, ou a quem simplesmente ignorava um mundo simples e distante, as transformações inevitáveis que se aproximavam como corolário de uma política de desenvolvimento.

Hoje, porém, tudo se encontra esclarecido e quase banalizado mercê da construção e divulgação conferida aos fundamentais indicadores das estruturas e da vida económica e social do País e do mundo. Nestas condições, o «problema agrário», de real mas nebuloso passou a transparente e quantificado, quando se observam, por exemplo, as assimetrias sectoriais da evolução da economia portuguesa. Todos sabem que, embora a assimetria do crescimento constituísse, para o quadro estrutural da economia portuguesa no arranque, a condição normal de uma evolução necessária, a verdade é que, num estilo de desenvolvimento harmonioso, tudo se deveria processar sem deixar de atribuir à agricultura o papel de um dos volantes do mecanismo global.

Como é evidente, a *estagnação* da agricultura no quadro do desenvolvimento, conduz a profundas alterações estruturais não só económicas mas também demográficas — pelo abaixamento dos níveis da produção e do emprego — que se repercutem penosamente em toda a orgânica social e no equilíbrio das regiões.

Assim, não é difícil descobrir no quadro da política económica contemporânea a bem vincada nota de *abandono* da agricultura no que respeita não só ao investimento no sector, quantificado pela formação bruta do capital fixo, como à estratégia da orientação que deveria impor a reforma das estruturas agrárias de modo a que se compatibilizassem com os condicionalismos do desenvolvimento.

3. Não constitui nosso propósito discutir neste breve ensaio todos os motivos específicos que justificam a posição actual do «problema agrário» português. Essa tentativa levar-nos-ia longe, remontando talvez às origens, desde a romanização dos homens das citânias, transpondo depois a assimilação de suevos e visigodos e a dolorosa e longa luta contra a invasão sarracena. Tudo isto e o

mais que veio a seguir é, sem dúvida, o alicerce explicativo de um regime agrário que prevaleceu depois, num quadro de constância pouco vulgar, em face de diferentes investidas do Progresso.

O que apenas nos interessa é a tentativa de fazer sobressair, sem preocupações de análise histórica, algumas das constantes de inércia presentes em época contemporânea, época de cuja essência mental e espiritual nos podemos rapidamente aperceber. É por isso que nos basta, por agora, trazer à consideração do leitor um breve comentário explicativo, elaborado em função de alguns factores que impregnam, com sua viscosidade, os complexos culturais e as instituições agrárias portuguesas.

É um facto da actualidade a certeza de ter sido inútil a demonstração a que se tem procedido quanto às monstruosidades da orgânica estrutural em que se apoia a nossa agricultura no que se refere à repartição da propriedade e das explorações agrícolas, às situações da população activa com profissão agrícola, bem como ao reflexo de todas as realidades estruturais e funcionais nos níveis e na repartição do rendimento agrícola. Tem sido dito e escrito tudo o que mostra o patológico dualismo das situações micro-fundiárias e latifundiárias e a gravíssima ausência dos estratos médios indispensáveis, na sua função de charneira de uma adaptação acelerada.

Assim, o raciocínio que tem conduzido em linha recta à necessidade de uma *reforma agrária* tem sido facilmente neutralizado, na passagem da teoria à prática, em sucessivas transigências perante a pressão de grupos mais atentos a seus interesses imediatos do que inclinados à defesa do bem comum. Como rescaldo de uma luta mole e surda, conduzida de há muito sem elevação nem glória, resta-nos uma longa teoria de leis inexecutáveis, atenuadas ou desviadas do sentido social, constituindo breviário de serviços públicos de reduzido rendimento para a qualidade e nível dos seus quadros. Por ser antiga, esta situação integra-se num quadro de constância avassalador, cuja presença interessa, sem dúvida, à óptica moderna do desenvolvimento económico.

4. A viscosidade histórica que explica o facto incontestável do *abandono* da agricultura na política económica e social portuguesa, podemos talvez filiá-la na perda de tradição agrária ocorrida no momento já remoto em que as navegações nos mobilizaram todas as energias.

Na viragem tentada na altura da revolução liberal de 1832, no sentido de um despertar de atenções para a parcela que vai do Minho ao Algarve, a tal viscosidade era força nacional e neutralizou Mouzinho da SILVEIRA, nos seus propósitos de modernização das instituições portuguesas.

Vale a pena medir a intensidade do problema, na época, meditando palavras de Alexandre HERCULANO escritas nos «Opúsculos»:

«O carácter mais proeminente dos actos legislativos promulgados durante a ditadura do Duque de Bragança foi a tendência para alterar na sua essência, melhorando-a, a condição das classes laboriosas e produtoras, aqueles em que verdadeiramente reside a força vital da sociedade.

As leis dessa época singular da nossa moderna história tinham, de ordinário, por fim principal desmorronar os alicerces do antigo sistema político, e tornar impossível a sua restauração. Era uma ideia grandiosa, implacável como o destino, que presidia à redacção de todas elas; mas, em quase todas, ao pensamento da lei ou às suas provisões ligava-se a ideia de um alívio ou de um incitamento à quase única indústria do País — a agricultura.

Assim, a lei dos forais e a abolição dos dízimos, destruindo os recursos de certas corporações de mão-morta e de certa aristocracia de berço, em cuja influência fatal se estribava principalmente o velho sistema, livravam ao mesmo tempo a propriedade e o trabalho rural dos mais gravosos impostos;

.....

A redenção da terra pela destruição dos antigos vexames devia completar-se, de feito, por instituições e leis, cujas tendências fossem acordes com as da revolução .....

Num País de vínculos, de comendas, de bens da Coroa, devia supor-se que a grande propriedade não estava em equilíbrio com a pequena. Não era, porém, necessário supô-la. Sabia-se que só na província do Minho preponderava a última, e que nas outras províncias predominava a primeira, sendo quase exclusivo esse predomínio na mais extensa de todas — o Alentejo. Cumpria, portanto, comparar os resultados económicos e sociais da grande e da pequena propriedade. Este exame mostraria, quanto a nós, a necessidade de favorecer a multiplicação dos pequenos prédios, sobretudo no centro e no sul do reino. Não se fez, porém, isto. A massa enorme de riqueza territorial possuída então pelo Estado, a qual na máxima parte poderia ter caído em mãos laboriosas e humildes por empraçamento de superfície limitada, ou que, pelo menos, poderia ser vendida depois de retalhada, alienou-se por um sistema absolutamente contrário. Dividida a propriedade tornou-se inacessível a todas as condições e fortunas pelo empraçamento, e pela venda a milhares de pequenos pecúlios. Em vez disso caiu geralmente nas mãos de homens opulentos, trocou-se por capitais avultados. Em muitos casos foi o rico proprietário que conglobou nos seus extensos prédios vastos prédios nacionais, e isto num mercado onde reinava pela abundância a depreciação do género, e onde a concorrência era difícil.

Outra parte serviu para converter muitos capitalistas em proprietários. Assim se anularam os mais importantes resultados, que se deviam ter tirado da reivindicação parcial dos bens da Coroa para o património público e da extinção das corporações religiosas.»

Fácilmente se compreendem hoje as trágicas consequências que resultaram para a agricultura portuguesa e para todas as comunidades camponesas que ainda a caracterizam, do bloqueamento estabelecido pelos que desviaram em seu proveito uma reforma de objectivos nacionais.

O que se seguiu foi um avolumar da «questão agrária» de tal forma que em 1887 Oliveira MARTINS apresenta o seu projecto de Lei do Fomento Rural e clama da tribuna da Câmara dos Deputados:

«Senhores: Desde que em Portugal começou o movimento das descobertas, conquistas e colonizações, começou também aquilo a que podemos chamar a questão rural portuguesa. Até então os cuidados quase exclusivos dos governos tinham-se voltado para o fomento económico de um território devastado por séculos demorados; depois voltaram-se de preferência para os países ultramarinos; e quando, terminada a epopeia marítima, pela perda do Oriente e pela separação do Brasil, fomos obrigados a voltar os olhos para casa, o espectáculo apareceu desolador. É esse ainda hoje o adjectivo conveniente e adequado.

No litoral do Norte temos uma lavoura quase hortícola, uma população densíssima, uma emigração abundante, e capitais móveis a preços relativamente ínfimos; no litoral Sul, no centro meridional e ao longo de toda a fronteira de Leste, vêem-se estepes como as da Rússia, desertos como o Sara, e uma penúria de capitais com juros que também, já hoje, apenas são correntes fora da Europa. O vale oblíquo do Tejo pode dizer-se que divide o Portugal povoado do deserto, o Portugal culto do inculto; e a primeira necessidade da nossa economia interna é compensar estas duas metades, unificar estas duas partes, trasladar para as regiões deficientes aquilo que há nas opíparas: o homem e os capitais.

É realizar dentro das fronteiras do reino um movimento de translação, que hoje se faz, sim, mas para fora do País.»

A resistência histórica neutraliza-lhe os propósitos e o Projecto não chega a ser discutido, mantendo-se intactos o anacronismo e a tradição, como alicerces de uma agricultura abandonada. O Projecto não foi discutido, mas adquiriu plena consagração, en-

trando na História, com o nome do seu Autor, a tomar posição de singular relevo.

Depois, a «questão agrária» não deixa de mobilizar interesses e acções como as de Elvino de BRITO, mas o campo de incidência das medidas do fim do século XIX não passa da política de preços do trigo, concretizada em estímulos de protecção a que o Povo deu o nome sugestivo de «Lei da Fome», estímulos estes apoiados vivamente pelos fiéis depositários da tradição que assim mantiveram as velhas estruturas.

5. Será talvez ainda prematuro tentar referências quanto à feição adquirida pela «questão agrária» no século XX e correspondente tratamento que lhe foi ministrado. No entanto, o panorama de actualidade que foi o ponto de partida deste ensaio, obriga-nos a tal referência que supomos não virá a diferir muito das linhas gerais do futuro julgamento da História.

Parece inexplicável o pecado de omissão dos «propagandistas da República» em face da «questão agrária». Sem qualquer programa específico e válido tomaram o poder, esquecendo ou ignorando os motivos evidentes de sofrimento do mundo camponês. A não ser a inércia ao desenvolvimento, não é fácil encontrar outra razão que justifique a sua falta de alinhamento em relação à reforma agrária que caracteriza a política económica em diferentes áreas da Europa, depois de 1919. Não faltou a acção de alguns dos mais esclarecidos políticos da época, a erguerem valorosamente a sua voz, mas o ambiente nunca lhes facultou entendimento e audiência. O último estertor deste período foi a bem intencionada Proposta de Lei de Organização Rural, de Ezequiel de CAMPOS, apresentada ao Parlamento, que teve destino igual ao do Projecto de Oliveira MARTINS.

Depois de 1926, Linhares de LIMA mobilizou a acção de técnicos e de vultosos recursos financeiros e de organização no sentido da execução de uma «Campanha do Trigo» apoiada em subsídios, preços de fomento e investimento de trabalho disponível da parte da população agrícola que forneceu gratuitamente os «seareiros». Esta «Campanha» embora se lhe deva a «limpeza das herdades» que liquidou o resíduo do «problema dos incultos», servindo também para combate aos desequilíbrios do comércio externo, operou-se com enorme desgaste de recursos fundiários que constituíam verdadeiro património da Nação. Chegou assim rapidamente ao termo das suas possibilidades, mas consolidou fortemente as estruturas existentes.

Anos mais tarde foi lançada a política de fomento hidro-agrícola que, se obteve êxitos incontestáveis no domínio da engenharia civil, esbarrou, no entanto, contra a viscosidade da história; esta, a defender o imobilismo das estruturas agrárias, neutralizou não

só a reprodutividade financeira dos investimentos públicos, como também os efeitos sociais e económicos que constituíam a ética de toda a acção idealizada desde o início. Assim, a legislação em que a hidráulica agrícola se apoiou no arranque encontra-se hoje muito diminuída no seu alcance.

Em acção simultânea, mas não síncrona, foi montada a máquina destinada a promover o equilíbrio demográfico regional e a transformação das estruturas: a Colonização Interna. Os mesmos factores de inércia circunscreveram a acção deste instrumento de política agrária ao domínio neutro e pacífico dos restos de baldios existentes e de uma propriedade acidentalmente posta à disposição do Estado. Perante o bloqueio estabelecido ao organismo público encarregado de tal política, demasiadamente agressiva em relação aos poderosos interesses em jogo, entregou-se-lhe o derivativo de operações de crédito o que constitui, ainda e para além dos seus indiscutíveis méritos, um sistema de apoio às estruturas existentes; e, mais recentemente, a capacidade para adquirir, como qualquer particular, mas com recursos da Nação, herdades postas à venda. Serve também de exemplo flagrante da referida viscosidade da história a neutralização do programa inscrito no I Plano de Fomento no que respeita à alteração de estruturas nas áreas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola. E o fenómeno repete-se quando a política de «reorganização agrária» apresentada no II Plano de Fomento, em termos teóricos de *emparcelamento* e de *parcelamento* aplicáveis ao dualismo estrutural já apontado, acabou por encontrar, nas leis, caminho franco nos domínios do microfúndio e um destino incerto ou inibidor no fortíssimo baluarte dos latifúndios.

O fomento florestal foi também outro dos volantes da política agrária. Orientado de início no sentido dos terrenos dos corpos administrativos, tem realizado obra de mérito, imprimindo transformações de fundo — não sem luta — nas comunidades camponesas da montanha. No entanto, a passagem para o sector privado, que legislação recente procurou estabelecer, recebe agora o choque da tal viscosidade que ameaça não só estabelecer travão, como desviar a acção do Estado em favor das estruturas existentes.

Estamos certos de que o balanço, que serenamente se possa organizar quanto aos efeitos conseguidos mercê dos ideais contidos na política agrária anterior e constante do I e II Planos de Fomento, mostrará infelizmente o quadro de frustração, inexoravelmente devido à presença, cruel para as comunidades camponesas, de factores de inércia incrustados sólidamente em redutos cegos e surdos perante as realidades contemporâneas, e que têm levado sempre a melhor em face das aspirações contidas nos programas de política agrária ultimamente apresentados ao País.

E, assim, a «questão agrária», sempre presente na vida económica e social portuguesa, persiste por efeito da viscosidade histó-



rica e inscreve-se nos mecanismos do desenvolvimento de um modo permanente e também sempre actual.

Não só as assimetrias da evolução económica global, como também as assimetrias da implantação regional do desenvolvimento, fazem alastrar e aprofundam as situações críticas ou de diminuição do poder expansivo das actividades económicas ou da promoção social das populações. Com uma agricultura estagnada e abandonada, no que respeita à difusão de estímulos inovadores, grandes espaços tendem para a desertificação quantitativa e qualitativa. Esta circunstância representará um peso enorme no momento em que se queira e possa executar uma verdadeira reconversão ou um ordenamento válido das actividades produtivas e das orgânicas sociais, uma vez que a agricultura tem sido, e continua a ser, apesar de tudo e em grande parte, a fiel depositária dos alícerces da comunidade portuguesa.